



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

MARIANA QUEIROZ DE ALMEIDA

MULHERES MIL
Uma abordagem do Programa no Riacho Fundo - Distrito Federal

Brasília
2014



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

MULHERES MIL:
Uma abordagem do Programa no Riacho Fundo - Distrito Federal

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB)
como requisito para obtenção do grau de Especialista
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: **Gustavo Filice de Barros.**

Brasília
2014

DEDICATÓRIA

Para Mariana dos Anjos da Conceição. Mulher, negra e analfabeta que salvou sua família da fome ao acreditar que a educação era a herança mais valiosa que podia deixar aos seus descendentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que na sua misericórdia e amor me concedeu mais essa oportunidade. A minha mãe Maria Perpetuo Socorro Queiroz e ao meu irmão Pedro Martins de Almeida neto, pelo amor e força de sempre.

Agradeço aos amigos Aldo Azevedo, Cintia Wazir e Carla Dalbosco por todo o aprendizado que me proporcionaram.

A turma F e professora Ruth Meyre pela rica troca de conhecimento e pela companhia nessa trajetória. Aos colegas da CEPROF, em especial ao Bianco, pelo incentivo nos momentos onde desistir parecia a única alternativa.

E agradeço especialmente a minha amiga Iza Cristina Justino pelo carinho, paciência, amizade e principalmente pela confiança ao me convidar para trabalhar ao seu lado na gestão de Políticas Públicas.

O destino de uma mulher é ser mulher.
Clarice Lispector

RESUMO

Criado com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero e promover a inclusão social o Programa Mulheres Mil é uma política pública de acesso à educação, à qualificação, ao emprego e à renda, de mulheres em situação de vulnerabilidade social por meio de uma formação profissional e cidadã.

A presente pesquisa avaliou o Programa Nacional Mulheres Mil a partir da discussão de gênero, educação profissional, agenda política e políticas públicas. Para isso foram mapeadas as contribuições do programa na vida das egressas atendidas no campus Riacho Fundo do Instituto Federal de Brasília.

Com base no documento norteador do programa e os dados coletados, foi possível concluir que o curso ofertado pelo Programa Mulheres Mil no campus do Riacho Fundo atingiu a efetividade esperada pois as entrevistas, última etapa da pesquisa, demonstraram que na percepção tanto das egressas como dos docentes o Programa Mulheres Mil atingiu os objetivos esperados.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Gênero, Políticas Públicas, Programas de Governo.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	1
2 – OBJETIVOS	4
Objetivo geral	4
Objetivos específicos.....	4
3 - CAPTULO I- O Contexto.....	5
Educação profissional.....	6
Gênero, relação de trabalho e Programa Mulheres Mil.....	6
4 - CAPITULO II- Foco.....	10
Política Publica e o recorte de gênero.....	10
5 - CAPITULO III- Metodologia e Fatos.....	14
6 - CAPITULO VI.....	18
Resultados e discussões.....	18
Entrevistas com docentes.....	21
7- CAPITULO VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
8- REFERENCIASBIBLIOGRAFICAS.....	23

INTRODUÇÃO

Como professora de Sociologia da Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF, minha preocupação no cotidiano profissional se baseava em despertar em meus alunos o senso crítico e a capacidade de se reconhecerem como agentes de sua própria história. Sempre executei meu trabalho com afinco e respeito, mas sentia que não era o suficiente... Eu precisava saber e fazer mais... Precisava entender melhor como se dava o processo político e social que desembocava em estudantes desmotivados e desinteressados que chegavam a minha sala de aula.

Foi a partir dessa necessidade, que voltei aos bancos da universidade. Até então, acreditava que as Drogas eram o maior flagelo social, pois via diariamente jovens promissores abandonarem minha sala de aula para enveredar pelo tráfico ou pelo vício. Tal retorno à universidade resultou num convite para compor uma equipe de Gestão no Ministério da Justiça experiência profissional da qual nasceu minha paixão por políticas públicas. Violência, desigualdades sociais e questão racial eram temas diários de trabalho e planos de governo como Brasil sem Miséria ou o Bolsa família, serviam de fomento as ações que desenvolvia.

Pouco mais de um ano depois surge a possibilidade de participar desse curso de especialização que reúne todas as minhas necessidades profissionais.

Política Pública, o Programa e a pesquisa.

Políticas públicas são grosso modo, construções participativas de uma coletividade visando garantir direitos sociais. Referem-se às medidas administrativas do Estado no exercício de organizar a sociedade. São a resposta do Estado as demandas Sociais.

O presente estudo é uma análise de um programa Federal que articula questões relacionadas à desigualdade de gênero, aumento da escolaridade e geração de renda. É fruto da paixão que alimento por temas políticos e sociais e da necessidade que sinto em disseminar iniciativas que tratam as questões sociais como um todo, articulando a ação em rede e não focalizado e limitando o problema dificultando sua resolução.

O Programa Mulheres Mil do Governo Federal tem o objetivo de oferecer uma política social de inclusão voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda.

As diretrizes do Programa Mulheres Mil abrangem desde o acesso à educação, até o combate à violência contra a mulher, passando ainda pela promoção da inclusão social e a igualdade de gênero. Neste sentido, percebemos o viés adotado por diversos outros programas do Governo Federal, que entende a educação como caminho de salvação para os problemas sociais no Brasil. A diversificação do trabalho docente e, mais amplamente, da função da escola e dos seus profissionais podem ser abordados a partir dessa perspectiva.

O Programa Mulheres Mil foi instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 julho de 2011 e implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação e Rede Norte, Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet). Tem como instituições parceiras a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Organização dos Estados Ibero- Americanos (OIE) e o Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). Além disso, esta estruturado em três eixos, a saber: 1) educação; 2) cidadania e; 3)desenvolvimento sustentável.

O Programa nasceu da cooperação entre os governos brasileiro e canadense, esse representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI) e a Associação dos Colleges Comunitários do Canadá (ACCC). O programa original passou por processo de adaptação das metodologias para atender à realidade das mulheres brasileiras e posteriormente foi transformado em política pública:

“O sistema contempla o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de equipe multidisciplinar capacitada para encaminhar o alunado não tradicional e desfavorecido para o desenvolvimento de programas personalizados. No itinerário formativo, estão previstas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade e, conseqüentemente, para o acesso ao mundo do trabalho”. (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, esta pesquisa buscou estudar a eficiência do Programa Mulheres Mil. Para tanto, foram feitas entrevistas com docentes que atuam no Programa e com mulheres atendidas no Campus Riacho Fundo.

O Instituto Federal de Brasília (IFB) criado em 2008, a partir da antiga Escola Técnica Federal de Brasília (ETFBSB) é composto atualmente por 10 campi e a Reitoria (com sede no campus Brasília). Distribuídos nas diversas cidades satélites do Distrito federal, a saber: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga, Taguatinga Centro.

O Campus Riacho Fundo foi escolhido para o desenvolvimento da pesquisa pela facilidade de acesso as informações e pelos cursos oferecidos pelo campus.

A Região Administrativa de Riacho Fundo originou-se como tentativa de contenção do crescimento desordenado do Distrito Federal. O Governo local que visava acabar com as favelas na periferia da cidade de Brasília criou o programa de assentamento e, como parte desse, loteou a Granja Riacho Fundo as margens do ribeirão Riacho fundo, onde havia uma vila residencial para os funcionários.

Foram transferidos para lá moradores da Invasão do Bairro Telebrásilia e outras localidades do Distrito Federal e em 13 de março de 1990 (data do aniversário da cidade), o assentamento transformou-se na RA XVII pela Lei nº 620/93 e o Decreto nº 15.514/94.

A Granja também sediou, por longa data, a Residência Oficial dos Governos Militares, criada logo após a inauguração de Brasília e, mais tarde, transformada em Instituto de Saúde Mental. Hoje, o local é considerado uma Área de Preservação Ambiental (APA) devido a sua grande contribuição ecológica, onde existe nascente de diversos córregos – incluindo o próprio Córrego Riacho Fundo, que inspirou o nome da cidade – e, sobretudo, pela diversidade da fauna e da flora nativa da região, ainda preservadas. Em fevereiro de 1994 foi criado o parcelamento do Riacho Fundo II, como parte integrante do Riacho Fundo I, que no ano de 2003 passou a ser uma nova Região Administrativa.

A área rural é composta pela Colônia Agrícola, pelo Combinado Agrourbano – CAUB I e por áreas isoladas. Na área rural está localizada a Fundação Cidade da

Paz, além da sede da Universidade Holística Internacional e o setor de Pesquisa de Produção de Sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa – EMBRAPA.

A elaboração deste trabalho está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o contexto histórico e social que deu origem ao programa. No segundo capítulo é abordado o foco principal do trabalho que é a avaliação de políticas públicas, em especial, aquelas que têm como foco o combate às desigualdades de gêneros.

O capítulo três é um retrato da realidade do que foi vivenciado nas duas edições do programa ofertado no campus do Riacho Fundo e as considerações obtidas com o trabalho de coleta de dados realizado para a construção da pesquisa. Por fim, o capítulo quatro trata das considerações feitas à luz das informações coletadas.

A seguir são apresentados os objetivos geral e específico elaborado para nortear os trabalhos da pesquisa.

OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Investigar o Programa Mulheres Mil, especificamente no Campus Riacho Fundo, do Instituto Federal de Brasília.

2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar e caracterizar os cursos ofertados pelo Campus Riacho Fundo;
- Traçar o perfil das mulheres egressas do programa;

CAPITULO I - O Contexto

No Brasil dos últimos onze anos tornou-se uma realidade a preocupação com a inserção dos problemas da população negra e de mulheres na agenda pública nacional. Aspectos como a criação de órgãos públicos tais como a Secretaria de Política para as Mulheres e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, demonstram a promoção de políticas pautadas na viabilização da inclusão social e da equalização das oportunidades sociais. Transformando questões de gênero, raça, etnia, necessidades especiais e cidadania no foco central da formulação e implementação de políticas públicas.

Partindo dessa premissa, o intuito desse trabalho foi estudar o recorte de gênero na agenda política brasileira em especial, nas ações referentes às políticas de acesso ao emprego e a renda – Mulheres Mil.

Essas políticas públicas também vem no sentido de garantir à população menos atendida, condições de igualdade e cidadania. Nesse sentido, o artigo 5º, da Constituição Federal garante que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...], (Brasil, 1988).

É importante salienta que o pleno exercício desses direitos está diretamente ligado ao acesso à educação formal e a qualidade da mesma ofertada ao cidadão a recebe.

Para que as pessoas possam usufruir dos seus direitos plenamente, é necessário que as mesmas possuam capacidade de reflexão desenvolvida que possibilite a compreensão das raízes históricas da situação em que vivem (boa ou má). Além da capacidade de propor caminhos para mudar as suas vidas.

Tais habilidades podem ser conseguida por meio da família ou os meios de comunicação, mas, tem no universo educacional (escolarização) um espaço privilegiado.

Educação profissional

A Educação Profissional assumiu posto de prioridade nas orientações da UNESCO, no que se refere às políticas de emprego e renda. Surge no atual contexto mundial, como alternativa para oferecer as populações carentes ou não, a possibilidade de conciliar a escolarização formal com a escolarização para o mundo do trabalho por meio de um curso técnico.

“Desde a segunda metade do século XX, o mundo vem sendo palco de importantes transformações globais nas tendências de desenvolvimento econômico, social, científico, político e tecnológico”. Essas transformações trouxeram mudanças significativas no processo produtivo e na dinâmica do mundo do trabalho, implicando em maior flexibilização nas relações e nas condições de trabalho.

Esse novo quadro trouxe como resultado uma nova dinâmica no mercado de trabalho, exigindo dos trabalhadores uma formação que permita a eles enfrentar a complexidade crescente de perfis profissionais.

No Brasil, a juventude foi afetada pelas transformações econômicas e sociais das décadas de 1980 e 1990, pelo baixo ritmo de crescimento econômico e pelo processo de desestruturação do mercado de trabalho que caracterizou o período.

“Nesse cenário, a escolarização básica necessária a todos precisa adotar mudanças tecnológicas gerando uma correspondência nos perfis ocupacionais”. (UNESCO, 2013)

Gênero, relação de trabalho e Programa Mulheres Mil.

Entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada (Bandeira, 2005, p. 7). Numa perspectiva mais clássica da concepção da

categoria gênero é um elemento constitutivo das relações sociais construídas com base nas diferenças percebidas entre os sexos. (Scott, 1995 apud Bandeira 2005). Esta perspectiva é elemento fundamental para diferenciar política pública para mulher e política pública de gênero, a primeira tem a centralidade no feminino e sua relação com a reprodução social enquanto a segunda, pauta-se nos processos de socialização para homens e para mulheres (Bandeira, 2005, p. 8).

Falar das relações de gênero nas relações de trabalho é reconhecer que as mesmas, são fortemente influenciadas pela evolução tecnológica e pelas lutas sociais. Esse cenário no qual as mulheres passam a estar presente redefine as bases culturais, históricas e políticas e gera um novo campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer a condição de desigualdade

Nesse contexto, o Programa Mulheres Mil se destaca por estar na vanguarda das ações institucionais do Estado Brasileiro para articular políticas educacionais com o recorte de gênero favorecendo a cidadania.

Processo recente no Brasil, a escolarização feminina está diretamente relacionada à sua luta por emancipação. Hahner (2003 *apud* BARBOSA, 2012) comenta que as primeiras defensoras dos direitos da mulher no Brasil vislumbraram que a educação era o caminho para a emancipação feminina e, por isso, o movimento feminista pressionava os formuladores de leis ao direito à educação.

Conforme Ribeiro (2000 p. 80), no período colonial, as mulheres quase não tinham acesso à leitura e à escrita, pois a instrução era reservada aos filhos homens e, mesmo aquelas que viviam na Corte, “possuíam pouca leitura, destinada apenas para o livro de rezas”. Às relações patriarcais de poder, hierarquizadas e caracterizadas, pela obediência e desigualdade, colocaram a mulher em posição de subordinação e de inferioridade sexual e intelectual.

Prova disso é o fato de que o ensino primário só foi estendido às mulheres na segunda metade do sec. XVIII. O trabalho manual e as artes domésticas constituíam as bases do currículo dessas escolas (HAHNER, 1981; ROMANELLI, 2001; GODINHO, 2006). Que visavam educar meninas para seus futuros papéis de esposa e mãe, ratificando a condição de submissão da mulher.

“a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres, induzia a visão da educação como treinamento da mulher exclusivamente para o mundo privado, isto é, preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar uma profissão assalariada.” (GODINHO 2006, p. 17).

Hahner (2003 BARBOSA, 2012) comenta que para o movimento feminista educação era o caminho para a emancipação feminina no Brasil, por isso, pressionava os formuladores de leis ao direito à educação. A conquista do voto começou a construir a cidadania para a mulher que, segundo Barbosa (2012, p. 93) passava a reivindicar “seus interesses educacionais, mesmo sabendo que teriam uma educação inicial frágil, uma vez que apenas os conhecimentos básicos eram recebidos.”.

O sufrágio feminino contribuiu para o crescimento da escolarização das mulheres, sendo o acesso à educação um requisito tanto para votar quanto para ingressar na vida política como candidatas (ALVES, 2003). Contudo, esse avanço educacional das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho não foram acompanhados por uma diminuição das desigualdades entre homens e mulheres. A diferença salarial entre os sexos ainda é acentuada e existe uma concentração de mulheres em empregos precarizados (ROSEMBERG, 2001; BELTRÃO; ALVES, 2009; ABRAMO, 2000; BRUSCHINI, 2008; NOGUEIRA, 2004).

O reconhecimento da condição de vulnerabilidade da mulher frente à sociedade patriarcal e machista é o fomento à necessidade de ampliar os esforços no sentido de favorecer as mulheres em políticas de inclusão social. Tais políticas voltadas para a autonomia social e econômica, para buscar igualdade de gênero e romper com um universo restrito do não reconhecimento do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento.

A realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher na década de 1970 veio para quebrar a invisibilidade do movimento feminista. A Convenção em 1970 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) que afirma que a discriminação contra a mulher “viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana” transformam a década de 1970 na década da Mulher e obriga os países signatários, dentre eles o Brasil, a adotarem

medidas para eliminar toda forma de discriminação contra a mulher. (CEDAW, 1979 apud LIBARDONI, 2002, p. 24).

“Ao longo destas últimas décadas, com maior ou menor visibilidade e influência, o movimento de mulheres tem participado deste jogo de forças através de seu trabalho de *advocacy* por políticas públicas de gênero, propondo mudanças em legislações discriminatórias, pressionando por ações afirmativas como as entidades de defesa de direitos da mulher, as delegacias especializadas, os abrigos para vítimas de violência, por programas de saúde sexual e reprodutiva e, mais recentemente, por sistemas de quotas nos partidos políticos, entre outros.” (PITANGUY 2002, p. 07).

Em 2003, o Governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. A institucionalização de um espaço de construção de políticas públicas específicas para mulheres e de contribuição para a transversalidade de gênero em todas as políticas públicas representou, para o movimento de mulheres, o reconhecimento de suas lutas e um avanço em direção à consolidação de importantes conquistas.

“Políticas públicas amplas e articuladas, direcionadas, prioritariamente, às mulheres rurais, negras e indígenas em situação de violência, em função da dupla ou tripla discriminação a que estão submetida e em virtude de sua maior vulnerabilidade social.” (BRASIL, 2011b, p. 16).

É nesse contexto que em 2011, o governo federal, por meio do MEC, instituiu o Programa Mulheres Mil, que também atende ao segundo Plano Nacional de Políticas para Mulheres - IIPNPM no que se refere à autonomia econômica, ao trabalho e à educação inclusiva. Este programa está firmado em uma política social de inclusão e gênero e tem por objetivo proporcionar às mulheres em situação de vulnerabilidade social o acesso à educação profissional, ao emprego e à renda.

“O Projeto Mulheres Mil foi desenhado a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro em torno da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero.” (BRASIL, 2011).

CAPITULO II Foco

Política Publica e o recorte de gênero

Falar de políticas públicas é falar de poder social (PARADA, 2006). Maria das Graças Ruas afirma que uma das características centrais das políticas públicas é “o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”. São ações do Estado voltadas para setores específicos da sociedade. (1998, p. 232).

Para essa abordagem, Políticas Públicas é um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Nessa perspectiva, o Programa Mulheres Mil se caracteriza em uma política pública de capacitação profissional que visa além da qualificação feminina para o mercado de trabalho, elevação da escolaridade e empreendedorismo possibilitando às mulheres atendidas autonomia econômica e social.

O Programa Mulheres Mil é a resposta do Brasil a demandas de formação, combate à pobreza e igualdade de gênero. Implantada e coordenada pelo MEC seu monitoramento e avaliação são fundamentais para o seu sucesso.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem reconhecido que o gênero e a raça/etnia são fatores que determinam, em grande parte, as possibilidades de acesso ao emprego. E, ainda, as condições em que este é exercido, condicionando a forma pela qual os indivíduos e as famílias vivenciam a pobreza e conseguem ou não superá-la (BRASIL, 2005).

Entende-se por gênero os elementos constitutivos das relações sociais construídas com base nas diferenças percebidas entre os sexos (Scott 1985). Trata-se, assim, de uma construção social, primária que fundamenta as relações de poder, uma vez que tais diferenças se configuram como desigualdades.

Na luta contra as desigualdades sociais, a escolarização tem se demonstrado principal aliada das mulheres por proporcionar acesso à informação e autonomia para o exercício de direitos e cidadania. A escolarização é aliada também do combate à miséria por proporcionar melhor empregabilidade e maior remuneração. A escolarização é parte do processo social de Educação.

Pensar em educação como ferramenta de combate à miséria ou as desigualdades, é pensar uma educação libertadora, que para Freire é uma educação que seja capaz de levar o indivíduo a refletir sobre si mesmo e sobre o mundo, a pensar criticamente a realidade tal como ela se apresenta e agir de forma transformadora sobre a realidade que o oprime, passando a ser o construtor de sua própria história. Dessa forma, a educação está intrinsecamente ligada à cidadania, a qual está relacionada ao despertar da consciência crítica, que determina o agir do ser humano no mundo, que o leva a assumir “uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço.” (FREIRE, 1967, p. 100).

Carvalho (2003) afirma que “o processo de qualificação dos trabalhadores não pode se restringir a um mero adestramento para ocupação de determinado posto. [...] esta qualificação passa pela educação formal e assume uma dimensão de formação integral” (CARVALHO, 2003 p. 78). A autora ainda afirma que a concepção de educação profissional pode tanto “ser vista de uma ótica instrumental e, portanto, atrelada às demandas do mercado, como pode ser vista de uma ótica crítica e, por conseguinte, instrumento de construção da cidadania efetiva”. (*ibidem*, p. 17)

Nessa perspectiva, embora o Programa Mulheres Mil seja uma política pública de capacitação profissional de curta duração, ele se propõe a ser diferenciado, ou seja, não apenas qualificar para o mercado de trabalho, mas aliar essa qualificação a uma formação que possibilite às mulheres se tornar “sujeitos de sua própria história.” (BRASIL, 2011a, p. 27).

Ampliar a presença da mulher no mundo do trabalho com qualidade e igualdade de rendimentos é uma luta do movimento feminista desde a segunda metade do século XX. Os estudos de gênero revelam que a inserção da mulher e o seu crescimento no mercado de trabalho, desde os anos de 1950 até os dias atuais.

O Programa Mulheres Mil, dentre seus objetivos, tem como uma das prioridades, além da qualificação, a elevação da escolaridade. Uma das metas do

programa é proporcionar às alunas não apenas a oportunidade de cursar as disciplinas básicas oferecidas no currículo do curso, mas de retomarem os estudos dentro ou fora dos institutos e seguirem adiante. Sabe-se que “a expansão da escolaridade é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho”, como afirma (BRUSCHINI, 2008, p. 20).

Abordar a eficiência do programa no campus Riacho Fundo, implica em avaliar sua implementação. A avaliação de políticas e programas governamentais é uma tendência recente no Brasil, mas que possui grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamentais. O interesse pela avaliação surge com a adoção dos princípios da gestão pública empreendedora acarretando transformações das relações entre Estado e sociedade.

ARRETCHE (2006, p.31) diz que “o objetivo da avaliação é realimentar ações, buscando aferir resultados e impactos na alteração de qualidade de vida da população, bem como redimensionar as opções tomadas”. E esclarece que “somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer uma relação causal entre uma determinada modalidade de políticas públicas e o sucesso ou fracasso na realização de seus propósitos ou ainda, entre esta política e um dado resultado ou impacto sobre a situação social prévia à sua implementação”.

Importante também é diferenciar avaliação política de análise de política pública. Para FIGUEIREDO e FIGUEIREDO (2005, p.1236-1237) “por avaliação política entende-se a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra”. Já análise é segundo ARRETCHE “Por análise de política pública entende-se o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas. Qualquer política pública pode ser formulada e implementada de diversos modos”.

CUNHA (2006, p.12) destaca que: “a avaliação pode ser realizada antes, durante a implementação ou mesmo algum tempo depois, após o programa provocar todo o seu impacto, e com a preocupação centrada no modo, medida e razão dos benefícios advindos”.

Eficiência de programas públicos, não é evidentemente, o único e, nem o mais importante critério a ser usado numa avaliação, mas foi o critério escolhido por

traduzir respostas dadas a questionamentos ou indicadores relativos a necessidades atendidas, recursos utilizados e gestão desenvolvida. Para BELLONI, MAGALHÃES e SOUZA (2000, p. 67) “a efetividade é o conceito que revela em que medida a correspondência entre os objetivos traçados em um programa e seus resultados foram atingidos”.

CAPITULO III-

Metodologia e Fatos

O foco desta pesquisa é a análise do Programa Mulheres Mil realizado em Brasília, pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), no campus Riacho Fundo, realizada a partir do estudo dos cursos ofertados e do depoimento das egressas.

Há diferentes maneiras de realizar uma avaliação. A esse trabalho, aplicou-se a avaliação acadêmica, mais formal, com interesse no estudo da efetividade das políticas, seus impactos e benefícios.

As avaliações com características acadêmicas, externas e ex-post, feitas após a execução do programa, não levam em conta as necessidades práticas dos responsáveis pela execução, no entanto, no caso do programa Mulheres mil ela é feita de forma integrada a implementação como forma de monitoramento presente no programa como objetivo do mesmo na figura do Observatório do programa Mulheres Mil ferramenta indispensável ao processo de tomada de decisão sendo.

Ferramenta útil para administração pública.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivos:

- Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional.
- Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas.
- Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.
- Estruturar e implantar o Observatório do Mulheres Mil.
- Estabelecer uma Rede de Intercâmbio de Experiências, de Informação e de Disseminação.
- Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo Programa.

- Capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes do Programa no domínio da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil.

Acompanhar, monitorar e avaliar o Programa por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).

- Desenvolver e implantar o Selo de Certificação da Metodologia Mulheres Mil. (BRASIL, 2011).

Trata-se de uma avaliação de impacto e serve de suporte para decisão sobre política, como continuação do programa e formulação de outros. Envolve o julgamento sobre hipóteses, tais como: (1) Uma solução se aplica a outras realidades, ou apenas a determinado contexto? (2) As mudanças observadas na situação-problema se devem à intervenção ou a outros fatores? (3) As mudanças são permanentes ou temporárias, cessando com a interrupção do programa?

A análise foi baseada em material de pesquisa que mapeou e analisou dados referentes ao número de vagas ofertadas e de concluintes, considerando cursos com maior e com menor demanda, além de entrevistas com egressas investigando o Programa Mulheres Mil para elaboração de relatório que estabeleça a relação de efetividade do programa na região do Campus Riacho Fundo.

Segundo informações do site do Instituto Federal de Brasília, “O *Campus* Riacho Fundo está localizado atualmente em um espaço que foi todo reformado para abrigar provisoriamente as atividades da unidade o que limita o atendimento devido ao pouco espaço disponível”. A sede está situada no Setor Habitacional do Riacho Fundo I e possui cozinha industrial, laboratórios informática e de bar e restaurante, além de biblioteca e salas de aula. A unidade oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – cursos de qualificação de curta duração – em diversas áreas, Pronatec e Ensino a Distância (EAD), além dos cursos técnicos de Cozinha (Gastronomia) e de Transações Imobiliárias.

Segundo Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2010/2011, a população do Riacho Fundo (incluindo: Colônia Agrícola Sucupira) foi estimada em 52 404 habitantes. Cerca de 44% dos componentes das famílias do Riacho Fundo nasceram no Distrito Federal. Em seguida, apareceram os nascidos em Minas Gerais (11%), em Goiás (8%), no Piauí (6%), na Bahia (6%) e no Ceará (5%). Segundo uma pesquisa elaborada pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), realizada em 1997, as regiões administrativas do Riacho Fundo,

Gama e Candangolândia apresentam níveis intermediários de escolaridade se comparadas às demais regiões do Distrito Federal. Na última pesquisa elaborada, em 2010, o Riacho Fundo, foi classificado como a 9ª melhor cidade do Distrito Federal para se viver, logo abaixo de regiões de maior poder aquisitivo como Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, Cruzeiro e Guará.

O Campus Riacho Fundo aderiu ao Programa Mulheres Mil no ano de 2012 e seguindo a vocação da região, Gastronomia, Hospitalidade e Lazer - obtida após consultas públicas com a comunidade local e análise dos dados socioeconômicos da região- ofereceu em 2013 o curso Cozinha Popular- Doces Bolos e Salgados.

Implementado por uma equipe multiprofissional que proporcionou a 100 (cem) mulheres, dividido em 02 (dois) grupos, o direito de participarem de uma política de gênero capaz de dar visibilidade aos seus saberes adquiridos na trajetória de vida e conseqüentemente, essa valorização foi o passo fundamental para a autoestima e possibilidades de se tornarem sujeitos capazes de sua emancipação no contexto social, político, econômico e cultural.

Foram ofertadas cinquenta (50) vagas por semestre e de acordo com o Instituto, a falta de espaço físico na sede provisória foi o fator determinante para a oferta de vagas. Coube a Secretaria de Desenvolvimento Social- SEDEST por meio de seu, Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, conforme convênio firmado com o IFB, selecionar e encaminhar as mulheres que seriam atendidas.

O CRAS do Riacho Fundo usou como critério de vulnerabilidade social a questão da violência doméstica, e encaminhou para as duas edições do curso o mesmo perfil de selecionadas (mulheres de meia idade, donas de casa ou sem empregos formais, vítimas de violência por parte de seus maridos ou companheiros).

O Programa em seu guia metodológico, afirma que, na implementação do programa, deve-se garantir a permanência e o êxito das atendidas. Com base nisso, o IFB viabiliza bolsa do MEC, concede bolsa permanência de 100 reais as participantes e deu enfoque empreendedor no plano de curso, visando possibilitar a egressa a capacidade e o conhecimento de criar e gerenciar o próprio negócio.

Para a pesquisa qualitativa foram realizadas várias entrevistas com egressas e professores do programa. Segundo Banister *et al* (1994 *apud* SZYMANSKI, 2011,

p. 10): “este instrumento tem sido empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados num formato padronizado”. A partir das quais foram aplicadas a chamada teoria de Análise do discurso que busca apreender como a ideologia se materializa no discurso e como o discurso se materializa na língua, de modo a entender como o sujeito, atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para significar(-se).

Etimologicamente a palavra discurso contém em si a ideia de percurso, de correr por, de movimento. O objeto da Análise do Discurso é o discurso, ou seja, ela se interessa por estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos”. Isto permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto. (Orlandi, 1999, p.17)

A Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente e procura detectar, então, num texto, como ele significa. Ela o vê como detentor de uma materialidade simbólica própria e significativa. Portanto, com o estudo do discurso, pretende-se apreender a prática da linguagem, ou seja, o homem falando, além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história.

Para visualizar o homem e seu discurso como influenciador/influenciado por sua história, este campo teórico articula conhecimentos dos campos das Ciências Sociais e do domínio da Lingüística, buscando transcendê-los e deslocá-los de seus lugares de saber, forçando-os a refletir sobre “[...] o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” (Orlandi, 1999, p. 16).

Assim sendo, a entrevista privilegia a fala dos participantes, sendo uma forma específica de conversação que favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo.

As entrevistas foram realizadas com oito (8) egressas da primeira turma do curso e com vinte e duas (22) egressas da segunda turma finalizada em novembro de 2013. Foram entrevistados também quatro (4) docentes que trabalharam nas duas edições do curso. Embora as conversas tenham sido guiadas por um roteiro pré-estabelecido, se desenvolveram de maneira descontraída e espontânea e os dados aqui registrados são fruto de inferências feitas na análise dos dados fornecidos por elas. No foco das entrevistas estavam temas como: motivos que as

levaram a fazer o curso; na qualificação/renda; na elevação da escolaridade, e nos princípios do programa.

Michel Foucault descreveu a Ordem do Discurso como uma construção de características sociais. A sociedade que promove o contexto do discurso analisado é a base de toda a estrutura do texto, atrelando, deste modo, todo e qualquer elemento que possa fazer parte do sentido do discurso. O texto só pode assim ser chamado se o seu receptor for capaz de compreender o seu sentido, e isto cabe ao autor do texto e à atenção que o mesmo der ao contexto da construção de seu discurso. É a relação básica para a existência da comunicação verbal: emissão – recepção – compreensão.

Foucault define o discurso como “[...] um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva.” (Brandão, 1986, p.28). Para ele, o enunciado é a unidade elementar que constitui um discurso e que possui quatro características:

a) Diz respeito à relação do enunciado com o referencial:

Conforme Machado, citado por Brandão (1986, p.29), é o enunciado que relaciona as frases com um campo de objetos, possibilitando que elas apareçam como conteúdos concretos no tempo e no espaço.

b) Diz respeito à relação do enunciado com seu sujeito:

Foucault critica a concepção de sujeito enquanto instância fundadora da linguagem, que vê a história como um processo contínuo, sem rupturas. Para ele, considerar o sujeito como tal, elimina a realidade do discurso.

c) Diz respeito à existência de um domínio ou espaço colateral associado ao enunciado, de maneira que o integra a outros enunciados:

Para Foucault não existe enunciado independente, este está sempre integrado em um jogo enunciativo.

d) Diz respeito à emergência do enunciado como objeto, ou seja, como matéria:

Para explicitar essa idéia, Foucault distingue enunciado e enunciação. Segundo ele, a enunciação se dá toda vez que alguém emite um conjunto de signos;

portanto, é singular, pois jamais se repete; ao contrário do enunciado que pode ser repetido.

Teoricamente, um mesmo enunciado pode ter diversas enunciações, dependendo de sua localização em um campo institucional. Por exemplo, uma frase, inserida num romance ou em um texto policial, jamais será o mesmo enunciado, uma vez que possuirá em cada um desses espaços, uma função enunciativa diferente.

CAPITULO VI

Resultados e discussões

Neste trabalho, partindo da concepção de que cada campo de investigação de tem suas especificidades, e desejando o diálogo entre eles, o objetivo é discutir e contribuir para os estudos de gêneros. Normalmente, o método sociológico é aplicado a pesquisas na área do discurso e dos gêneros, e discutem-se as contribuições da Lingüística para a análise de gêneros o diálogo entre esses dois campos de estudo nem sempre se apresenta como uma via de mão dupla.

Bakhtin é a referencia na analise das entrevistas pois traz em sua teoria o texto como ponto de partida para o estudo do homem e da sua linguagem nas ciências humanas, sociais e da linguagem e a discussão de como a problemática das especificidades e dos pontos de contato entre os estudos do campo do discurso e da língua.

informações foram obtidas via entrevista com questionário Nestes dados, observa-se que a mulheres encontram-se em idade laboral ativa varia entre 19 a 47 anos, conforme tabela abaixo:

Idade																
19	21	22	25	26	28	29	30	31	32	33	34	36	38	39	41	47
8%	8%	4%	4%	4%	4%	4%	8%	12%	4%	8%	4%	4%	4%	4%	4%	8%

Das entrevistas com as egressas pode-se perceber que para a maioria delas, a realização do curso, não estava associada ao pretense ingresso no mercado de trabalho, isso justificado por dificuldades em ter com quem deixar os filhos e ciúmes dos companheiros/maridos. O que a maioria delas buscava era a obtenção de conhecimentos que pudessem ser empregados dentro de sua própria casa.

As egressas contaram que ao serem encaminhadas para o programa, foram procuradas pessoal e individualmente (telefonema) o que fez toda a diferença no imaginário dessas mulheres e na participação no programa. Para elas, esse telefonema foi fator decisivo na volta ao universo escolar de onde se sentiam alijadas

A idade avançada e a baixa escolaridade foram apontadas como motivo de baixa estima e distanciamento dos espaços de formação. As entrevistadas foram unânimes no elogio ao modelo de ingresso ao Programa que foi descrito como acolhedor e personalizado.

Quando perguntadas sobre as contribuições do programa para suas vidas, as egressas se dividiram em dois grupos: Um grupo acredita que a maior contribuição do programa foi na renda familiar visto que após o curso passaram a comercializar os alimentos produzidos. O outro grupo afirma que foi o despertar de uma consciência crítica, onde se perceberam como indivíduos donos de sua própria história e dignas de direitos.

Quando perguntadas sobre o aprendizado do curso em si, a questão da manipulação e a conservação de alimentos foram citadas como conhecimento mais pertinente para a atividade profissional. A preocupação em evitar a contaminação por micro-organismos, o cuidado com a higienização, conservação e o preparo dos alimentos contribuíram, segundo elas, para melhorar a alimentação da família e, conseqüentemente, a saúde.

Quadro 1 – Vagas oferecidas, total de matrículas e total de concluintes

Ano	Total de vagas oferecidas	Total de alunas matriculadas	Total concluintes
2013/1	50	50	48
2013/2	50	50	49

Tabela formatada

TOTAL	100	100	97
-------	-----	-----	----

Fonte: Instituto Federal de Brasília

Quadro 2 – Cursos oferecidos, vagas por curso e total de matrículas

Ano	Curso oferecido	Total de vagas (por curso)	Total de matriculadas	Total de concluintes por curso
2013/1	Cozinha popular	50	50	48
2013/2	Cozinha popular	50	50	49
TOTAL	2	100	100	97

Tabela formatada

Fonte: Instituto Federal de Brasília

Após a análise dos dados coletados, percebe-se que as famílias participantes do Programa Mulheres Mil no campus Riacho fundo vivem em condição de vulnerabilidade social, recorrendo à rede socioassistencial, principalmente aos serviços destinados à complementação de renda como forma de manter suas necessidades básicas. A maioria das mulheres reside com cônjuge/companheiros e filhos. Com relação à inclusão no mercado de trabalho, majoritariamente, as mulheres se declaram “do lar”, ou seja, não têm nenhuma atividade econômica. Na sequência, algumas mulheres desenvolvem atividades relativas ao trabalho informal, com baixa remuneração. Desse modo, o acesso ao trabalho representa a oportunidade que esse grupo de mulheres tem para utilizar suas capacidades e conhecimentos, para isso consolida-se nessas experiências a necessidade de

intervenção nas contradições sociais, econômicas e culturais de comunidades pobres do país, por meio da ampliação dos investimentos em políticas sociais que respondam a questões como geração de trabalho, erradicação da miséria, dentre outras expressões da questão social tão presentes.

Entrevistas com docentes

A partir na análise de todos os aspectos do discurso chega-se ao mais importante: o sentido. O sentido do discurso não é fixo, por vários motivos. Pelo contexto, pela estética, pela ordem do discurso, pela sua forma de construção. O sentido do discurso encontra-se sempre em aberto para a possibilidade de interpretação do seu receptor. O efeito do discurso é, claramente, transmitir uma mensagem e alcançar um objetivo premeditado através da interpretação e interpelação do indivíduo alvo.

Foram realizadas conversas informais com docente em exercício no programa durante a realização dos cursos e após ao terminos. Essas conversa informais direcionaram a pesquisa e os relatos parafraseados compõe os dados aqui mencionados.

Na visão bakhtiniana, o discurso está sempre voltado para seu objeto(tema) que já traz no bojo de outros falantes. Em conseqüência, o discurso é sempre levado dialogicamente ao discurso do outro, repleto de entonações, conotações e juízos valorativos. Assimila o outro discurso, refuta-o, funde-se com ele, e, assim, acaba por constituir-se enquanto discurso. Enfim, o discurso forma-se a partir relações dialógicas com outros discursos, que influenciam o seu aspecto estilístico

Das entrevistas com docentes pôde-se perceber que que existem diversos entraves para a na execução das atividades, desde as des(informações) do MEC, capacitações improdutivas, até a superação dos problemas por vieses diferentes dos adotados pelo MEC, para que de fato o objetivo principal do Programa Mulheres Mil,

de inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho e a elevação de sua escolaridade, seja alcançado.

A concepção assistencialista em torno do Programa enquanto Política Pública incomodava no principio das atividades mas depois foi entendida como responsável principal pela baixa evasão nos cursos.

Para os docentes, a baixa evasão registrada no campus Riacho Fundo - cerca de 5% - está associada ao trabalho da equipe multidisciplinar que segundo a metodologia do programa, considerou o perfil das selecionadas respeitando a realidade dessas mulheres como norte da formação oferecida.

“O ingresso e a permanência das mulheres no curso está diretamente associado ao reconhecimento e ao respeito a trajetória individual apregoados pela metodologia do programa.”

A maioria dos docentes, porém não acredita que com cursos curtos, e turmas heterogenias, seja no que se refere à faixa etária seja ao que se refere a escolaridade haja de fato uma elevação na escolarização dessas mulheres durante a realização do curso. Contudo são unanimes ao considerar que ao incluir no sistema educacional mulheres pobres, sofridas e maltratadas pelas injustiças sociais, o Programa Mulheres Mil, incentiva nessas mulheres a continuidade dos estudos.

“Muitas das alunas que frequentaram o curso, estão na sala de aula por) ocupação do tempo ocioso ou pela bolsa de estudos ou simplesmente pela socialização. A escola passa para essas mulheres a noção da escola enquanto ferramenta para a redução das mazelas sociais mas elas conseguem perceber ao final que a escola é mais que isso e desfazem essa visão assistencialista da educação”

O Programa Nacional Mulheres Mil nos moldes de políticas públicas de gênero pauta-se no elo entre educação e trabalho e concebe esta sincronia como parte integrante no fortalecimento e garantia de direitos sociais

CAPITULO IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Mulheres Mil é uma política pública inclusiva que visa proporcionar a mulheres em condições de vulnerabilidade social o acesso à educação, à qualificação, ao emprego e à renda, por meio de uma formação profissional e cidadã.

A escolha do Programa Mulheres Mil como tema desse estudo se deu a partir da percepção de que o programa é uma política inclusiva e diferenciada. Usa a profissionalização como ferramenta educacional de formação, que permite às mulheres atendidas a construção da cidadania, elevação de autoestima e seu empoderamento.

Em se tratando combate a desigualdade de Gênero, a educação é um agente do processo de conscientização, que contribui para a construção da cidadania e que conceda ao educando a esperança, o desejo e a capacidade de pensar o mundo, de transformá-lo e de “torná-lo mais humano para a humanização de todos.” (*Idem*, 2005, p. 62). Trata-se de levar o indivíduo a ter consciência de seus direitos e deveres, de sua condição no mundo e de sua capacidade de atuar sobre ela. o anteriormente, é possível enxergar, em sua essência, essa concepção de educação transformadora, uma vez que pretende contribuir para que as alunas se tornem “cidadãs, social e economicamente emancipadas”. (BRASIL, 2011a, p. 04).

Reconhecendo a importância de estudos que avaliem a efetividade das políticas o intuito desse estudo foi fornecer aos gerentes e administradores públicos um panorama sobre a qualidade do programa e da visibilidade aos resultados do mesmo à sociedade.

A portaria 1.015 de junho de 2011 que institui o programa Mulheres Mil diz que o programa faz parte das ações do plano Brasil sem miséria e tem como diretrizes:

- I – Possibilitar o acesso à educação;
- II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III – Promover a inclusão social;

IV – Defender a igualdade de gênero;

V – Combater a violência contra a mulher (DOU: 2011)

Ao analisar os dados obtidos nas entrevistas infere-se que para essas egressas o programa contemplou todas as diretrizes visto que proporcionou, a elevação da autoestima, o reconhecimento dos direitos e o despertar da cidadania e da consciência crítica. Segundo o Freire:

“somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se; desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação”. (FREIRE, 1982. p. 66)

Justamente essa preocupação com a formação humana que faz do programa Mulheres Mil um programa diferenciado dos demais programas de qualificação do governo federal ou de outros sistemas de ensino.

De acordo com o decreto que criou o Programa Mulheres Mil, a elevação da escolaridade é considerada prioridade. Prepara as alunas para retomarem e prosseguirem em seus estudos por acreditar ser este é um fator primordial na luta das mulheres por autonomia.

Embora as entrevistas tenham evidenciado que fatores como heterogeneidades das turmas e curta duração do curso dificultem essa elevação o programa consegue despertar nas alunas o desejo de retomar os estudos, ou iniciá-los, no caso daquelas que nunca estudaram.

Comparando os dados coletados entre docentes e egressas, fica evidenciado o papel da educação para a inclusão social. É por meio dela se faz possível compreender a realidade social e atua sobre ela, tornando-se cidadão. “A educação é um bem coletivo em si mesmo, essencial para a promoção da cidadania, apresentando um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena.” (BRASIL, 2012, p. 112).

Com base no documento norteador do programa e os dados coletados, é possível afirmar que o curso ofertado pelo Programa Mulheres Mil no campus do Riacho Fundo atingiu a efetividade esperada pois as entrevistas, última etapa da pesquisa, demonstraram que na percepção tanto das egressas como dos docentes o Programa Mulheres Mil atingiu os objetivos esperados.

8- BIBLIOGRAFIA:

Formatado: Justificado

ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernadete. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In WELLER, Wivian & PFAFF, Nicole. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação. Teoria e prática. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2010.

ARAUJO, F. C. & LOUREIRO, M. R. Por uma Metodologia Pluridimensional de Avaliação da LRF. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 39 (6), p.123-152, nov./dez. 2005.

ARRETECH, M. T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth M. (Org). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

BANDEIRA. L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/04.pdf>> Acesso em: 15 maio 2014.

BELLONI, I., MAGALHÃES, H. & SOUZA, L. C. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (Org.). Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

BONETTI, L. W. Educação, exclusão e cidadania. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. (Coleção educação)

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor. Brasília: OIT, 2005.

_____. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM, 2008.

_____. Ministério da Educação. Documento referência do Programa Nacional Mulheres Mil. Brasília: Setec, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...%E2%80%8E> Acesso: 09 de abril de 2014

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: SPM

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Brasília: Setec, 2011e.

CARVALHO, O. F. Educação e Formação Profissional: Trabalho e tempo livre. Brasília: PLANO, 2003.

CARVALHO, M. C. B. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth M. (Org). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTRO, M. H. G. Avaliação de Políticas e Programas Sociais. Caderno Pesquisa n.º 12, NEPP

COHEN, Ernesto; Franco, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis, Vozes, 2004.

COTTA, Tereza C. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultados e de impacto. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998.

CUNHA, Carla Giane Soares. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2010.

DICIONÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. Belo Horizonte: Fidalgo & Machado Editores, 2000

FARIA, N., NOBRE, M. (orgs.). Gênero e desigualdade. São Paulo: SOF, 1997.

FREIRE, P. Educação Como Prática da Liberdade. 32ª ed. .Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Formatado: Justificado

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LISBOA, T. K. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia; 25ª 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

Formatado: Justificado

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES e GASSEN, Eunice Léa, Gladis Vera. A Transversalização das Questões de Gênero e Raça nas Ações de Qualificação Social e Profissional disponível em www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/.../mt_25f.pdf acesso em abril de 2014

MURARO, R. M. A mulher no terceiro milênio. Editora: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

PARADA, E. L. Política y políticas públicas. In: Políticas públicas. Brasília: ENAP, 2006. (Coletânea – Volume 1).

PITANGUY, J. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM, 2002. Disponível em: <http://www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf> Acesso em: out. 2012.

WITTACZIK, Lidiane Soares, Educação Profissional No Brasil: SENAI /SC - Jaraguá do Sul, E-mail: lidiane@senai-sc.ind.br

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional no contexto da educação nacional. Disponível em: http://www.Educacaoonline.pro.Br/reforma_da_educacao_profissional.asp?f_id_artigo=298. Acesso em março de 2014

Formatado: Justificado

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P.; NEGRÃO, Esmeralda V. A educação da mulher. São Paulo: Global, 1982.

_____, Regina P. A educação da mulher. São Paulo: CECF, Nobel, 1985.

_____; PIZA, Edith P.; MONTENEGRO, Thereza. Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia. Brasília: INEP/REDUC. 1990.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M.G.; CARVALHO, M. I. V. (Orgs). O estudo da política: Tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SILVA Jr., H. (org.). O papel da cor, raça/etnia nas políticas de promoção da igualdade. São Paulo: Ceert, 2003.

Currículo integrado para o Ensino Médio: das normas à prática transformadora – Brasília: UNESCO, 2013.

UNITRABALHO. Relatório Final do Projeto “Construção e Implementação de um Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações do Plano Nacional de Qualificação(PNQ). São Paulo, jun. 2004.

Programa Mulheres Mil, disponível no Portal do MEC em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602 < Acesso em 10/05/2014>

<http://www.ifb.edu.br/riachofundo/pagina-inicial> < Acesso em 10/05/2014>

<http://antoniogarcianeto.wordpress.com/2012/10/08/analise-do-discurso-o-discurso-na-visao-de-bakhtin/><acesso em 10/05/2014>

ANEXOS

Questionário de Pesquisa

I- PERFIL

1. Nome Completo:

2. Idade: _____

3. Situação Civil:

Solteira Casada Divorciada União Estável Outra

4. Escolaridade:

Até 4ª série Fundamental Incompleto (5ª a 7ª série)

Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

5. Número de Filhos:

Não tem filhos Até 2 filhos 3 a 6 filhos Mais de 6 filhos

6. Bairro em que reside: _____

7 Qual a sua participação na Renda Familiar?

Não participo na renda familiar

Responsável parcialmente pelo sustento da família

Única responsável pelo sustento da família

III. EDUCAÇÃO

1. Você estava estudando quando do ingresso no Programa Mulheres Mil?-

Não Sim

2. Caso tenha respondido NÃO, você retomou os estudos após ingressar no Programa Mulheres Mil?

Não Sim

3. Caso você tenha respondido SIM, na questão acima, responda: O Programa Mulheres Mil influenciou, de alguma forma, essa decisão?

Não, pois você já pretendia voltar a estudar.

Sim, porque o Programa despertou o desejo em continuar aprendendo.

Outro motivo _____

4. O Programa Mulheres Mil contribuiu de forma positiva na sua vida?

Não Sim

5. Caso tenha respondido SIM, na questão acima, escolha, dentre as opções abaixo, TRÊS contribuições que você considere mais importante.

Elevação da autoestima

Empoderamento

Reconhecer os direitos enquanto cidadã

Conhecimentos sobre Lei Maria da Penha e Direitos da Mulher

Conhecimentos sobre Saúde da Mulher

Reconhecer a importância de cuidar do Meio ambiente

Conhecimentos técnicos (específicos de cozinha)

Conhecimentos sobre informática e internet

Conhecimentos básicos de português e matemática

Noções de empreendedorismo

Oportunidades de interação social

6. O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre os Direitos da Mulher?

- Não, porque o que foi abordado a esse respeito você já conhecia.
- Não, porque você não participou das aulas que trataram dessa temática.
- Sim, porque os Direitos da Mulher não são muito discutidos normalmente, e o Programa proporcionou essa oportunidade.

7. Em que medida o Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre a violência doméstica e os mecanismos de combatê-la?

- Contribuiu muito Contribuiu pouco Não contribuiu

8. Depois de ter participado do Programa Mulheres Mil, você se sente mais consciente dos seus direitos?

- Muito mais consciente Um pouco mais consciente Iguamente consciente

9. Quanto à violência contra a mulher, você se sente mais capaz de denunciá-la?

- Muito mais capaz Um pouco mais capaz
- Iguamente capaz Ainda não se sente capaz

10. Quais eram as suas expectativas, com relação ao Programa Mulheres Mil, antes de ingressar nele?

11. O curso oferecido pelo Programa Mulheres Mil correspondeu as suas expectativas?

- Totalmente Parcialmente Não correspondeu

Muito obrigada por sua contribuição, sem ela, esta pesquisa não seria possível.

Anexo II

QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES:

- 1) O que o Programa Mulheres Mil significou pra você?
- 2) Porque o objetivo principal do curso não foi atingido (a profissionalização)?
- 3) O Programa Mulheres Mil está firmado em 5 princípios: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher. (MEC, 2011) No caso específico de Luziânia, vocês acreditam que esses princípios foram alcançados?
- 4) Voce diria que o programa despertou o desejo de continuar a estudar nas beneficiarias?
- 5) Houve o encaminhamento do portfólio (currículo), ao mercado de trabalho e o acompanhamento das egressas.